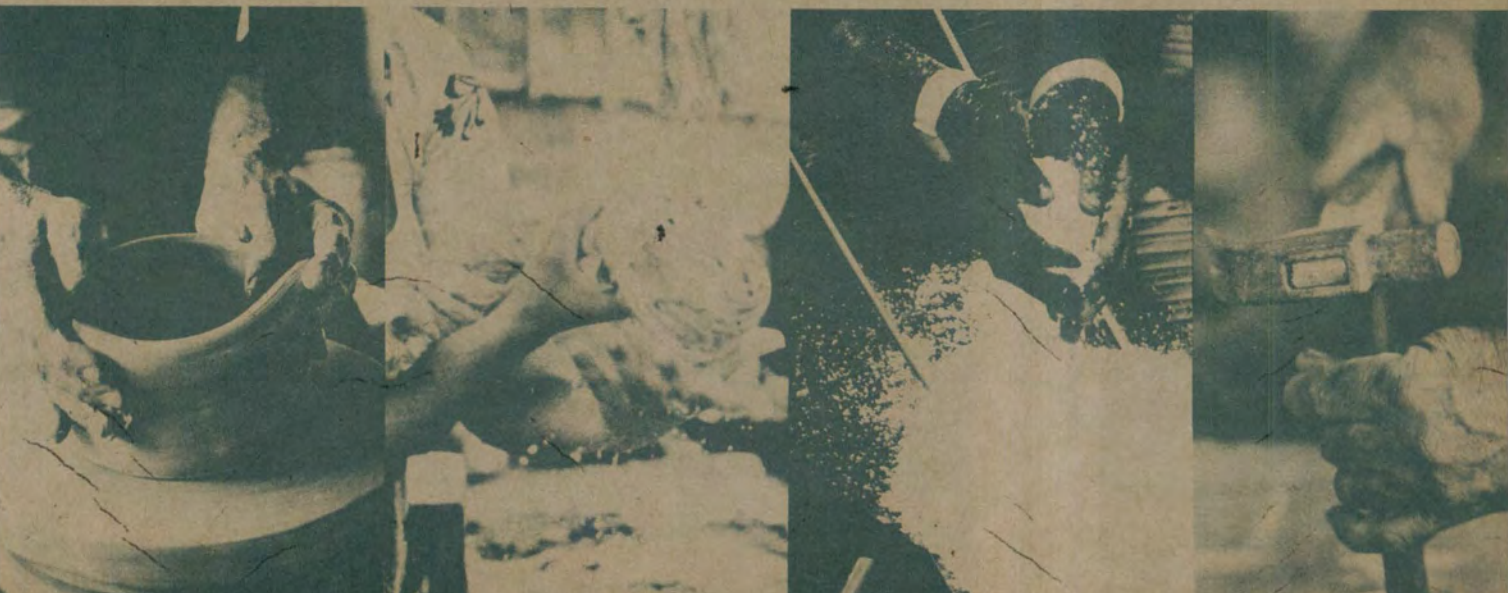


**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 15 A 20 DE SETEMBRO DE 1982
Nº 199 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos
Tel.: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Tel.: 66-7273
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida

TRABALHADORES URBANOS

ASSEMBLÉIA DE METALÚRGICOS REUNE 3 MIL

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (Capital) aprovou ontem a pauta de reivindicações para a convenção coletiva de trabalho da categoria, cuja data-base está fixada em 1º de novembro. Três mil trabalhadores compareceram à assembleia realizada na sede da entidade e que marcou o início da campanha salarial deste ano. A pauta de reivindicações, com 50 itens, inclui aumento real de salário em 15% (índice de produtividade); estabilidade no emprego por um ano, a se extinguir em 31 de outubro de 83; direito à constituição de comissões de fábrica; reajustes trimestrais de salários, de acordo com os índices estipulados pelo Dieese nos meses de fevereiro e agosto; e piso salarial de Cr\$ 58.803 mensais, ou Cr\$ 244,60 por hora. O Sindicato reivindica ainda a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas; pagamento de horas extras com adicional de 100%; abono de férias equivalente a um salário e a criação e manutenção de creches pelas empresas. O elenco de reivindicações aprovadas, foi elaborado após a realização de mais de 250 reuniões com os trabalhadores de várias empresas da base territorial da categoria, que conta com 380 mil integrantes, dos quais 70 mil são sindicalizados. O documento será encaminhado na próxima semana ao Grupo 14 da Fiesp. (FSP - 18/9/82)

ESTABILIDADE NO EMPREGO, PRINCIPAL REIVINDICAÇÃO

"Por uma pequena diferença no índice de aumento salarial os metalúrgicos de São Paulo dificilmente se organizariam para uma greve, mas, em torno da estabilidade de emprego, não há dúvida de que a categoria irá parar". Esta afirmação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, reflete em parte o clima da campanha salarial dos trabalhadores metalúrgicos da Capital. Do começo de agosto até agora, dez empresas do setor tiveram suas atividades paralisadas por greves, nas quais a principal reivindicação era justamente a estabilidade no emprego, deflagradas após demissões ou boatos de dispensa em massa. (ESP - 18/9/82)

GREVE EM TECELAGEM

Os 350 empregados da Tecelagem Nice, de São Caetano do Sul (SP), entraram em greve às 15 horas de ontem, em protesto pelo atraso de pagamento que deveria ter sido feito na última sexta-feira. Segundo os operários, há quatro meses que eles vêm enfrentando esse problema. Já tendo acontecido de a empresa ter atrasado quase um mês o pagamento dos salários. Até a noite, a direção da Tecelagem Nice permanecia reunida com a diretoria do Sindicato dos trabalhadores, na tentativa de se chegar a um acordo que pusesse fim ao movimento de paralisação. (ESP - 15/9/82)

PROFESSORES DO PARANÁ: GREVE CONTINUA

Professores da rede estadual de 1º e 2º graus, em greve há 9 dias, fazem hoje assembleias regionais na Capital e em 23 núcleos da Associação dos Professores do Paraná (APP) no Interior. A pauta dos trabalhos, de forma geral, abrange a avaliação do movimento, novas formas de luta e organização da assembleia estadual, marcada para o próximo dia 21, em Londrina. O presidente da APP, Isaias Ogliari, disse ontem que a direção da entidade já formalizou por escrito o pedido para que a Igreja aja junto ao governo do Estado. No encontro com o arcebispo de Curitiba,

~~dom Pedro Fedalto, os representantes~~ dos professores argumentaram que "o serviço de mediação" iniciado pela Igreja durante a greve de outubro do ano passado "ainda não está concluído, porque o governo do Estado não cumpriu três itens do acordo então firmado entre as partes: formação de comissão partidária de professores e representantes do Executivo; envio à Assembléia Legislativa de projeto de lei implantando lista triplíce para indicação de diretores de escola estadual de 1º e 2º graus; reajuste do funcionalismo em agosto passado (houve apenas um adiantamento de 30%, a ser descontado em janeiro, no reajuste anual)". Por outro lado, o presidente da APP reafirmou, "com toda a segurança, que 80% do professorado estão paralisados em todo o Estado". Ele contou que a Polícia Federal já ouviu treze professores, sendo os dois últimos do núcleo regional da entidade em Maringá. (FSP - 17/3/82)

TRABALHADORES RURAIS

CAMPONESES AMEAÇAM GREVE POR SALÁRIOS

Cerca de 250 mil trabalhadores rurais fizeram, ontem, assembléias em 45 cidades da região canavieira e decidiram entrar em greve no caso de os usineiros e cultivadores de cana se negarem a conceder-lhes salários de Cr\$ 29 mil 601 e atender a outras 27 reivindicações, entre elas o pagamento do abono família. As reuniões ocorreram em segunda convocação - as primeiras na quinta-feira e transcorreram em clima de euforia, ao som do frevo e de cantorias de cordel. Ao ritmo pernambucano foram adaptadas letras, de acordo com a situação dos camponeses. Uma das músicas mais cantadas foi a Convocatória que diz: "Vamos, gente, todos pro salão/ fazer grande assembléia, pra aumentar o nosso pão/ os nossos trabalhadores, que trabalham com o patrão/ o que ganham hoje em dia,/ não dá nem pra comprar um pão/ mas a gente vai lutando,/ com muita animação/ falta o salário família/ para nossa educação." O salário família é uma das questões mais controvertidas da atual campanha salarial, pois, embora seja um direito assegurado pela Constituição, o benefício não chega aos 250 mil trabalhadores rurais da área açucareira de Pernambuco. A campanha salarial dos camponeses é coordenada pela Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco e conta com o apoio da Contag e de 27 entidades do Estado: Partidos políticos de oposição e sindicatos urbanos. Hoje, o Sindicato da Indústria do Alcool e do Açúcar será cientificado oficialmente a respeito das reivindicações, e a DRT marcará o dia do início das negociações entre patrões e empregados. (JB - 20/9/82)

AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS CAMPONESES

As principais reivindicações dos camponeses são: salário de Cr\$ 29 mil (Cr\$ 27 mil 156,88 e mais 9% de produtividade); estabelecimento de uma tabela de tarefas para regime de produção; salário doença e abono família; décimo terceiro salário, em duas parcelas; restauração de casas de moradia; fornecimento de ferramentas e instrumentos de produção (por parte do patrão); cumprimento da lei de sítio; estabilidade para gestantes; transporte seguro para os trabalhadores não residentes nos engenhos. Pedem, ainda, o estabelecimento do Dia do Trabalhador rural (a 25 de maio, com repouso remunerado). Ao todo, são 28 as reivindicações dos camponeses. (JB - 20/9/82)

SÓBRE OS PROJETOS DE REASSENTAMENTO DO GOVERNO

As 900 famílias de colonos gaúchos que ainda permanecem em projetos de reassentamento criados pelo Incra no Norte do Mato Grosso enfrentam muitas dificuldades, em especial pelo não cumprimento das promessas que lhes foram feitas por representantes do governo ao deixar o Rio Grande do Sul, nos últimos quatro anos. Essa foi a conclusão a que chegou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa gaúcha, deputado Antenor Ferrari, do PMDB, ao ouvir ontem relatos de integrantes de comissões de sindicatos de trabalhadores rurais, de sociólogos e de Pastorais da Terra do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que recentemente visitaram três projetos de reassentamento. Ao constatar a grande coincidência dos relatórios sobre os projetos Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Terra Nova - todos colonizados por gaúchos -, Antenor Ferrari considerou válida a proposta do delegado regional da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), José Vicente Tavares, para ser formada uma comissão de parlamentares gaúchos com a finalidade de visitar estes projetos, em dezembro. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maximiliano de Almeida - região do Alto Uruguai -, José de Souza (que esteve nos projetos), disse que "lá não existe Previdência e a lei é a do revólver". No relatório de sua comissão, afirmou que no projeto Lucas do Rio Verde estão 203 famílias, sendo que cerca de 30 já o abandonaram. (ESP - 17/9/82)

ÍNDIOS

PROTESTOS A FAVOR DOS PATAXÓ

A Comissão Pró-Índio de São Paulo, a ABA - Associação Brasileira de Antropologia - e o Centro de Trabalho Indigenista enviaram telegrama ao presidente da Funai, pedindo à Fundação que impeça a assinatura de qualquer acordo visando a transferência dos índios pataxó ha-ha-hai para a reserva de Coroa Vermelha. Diz o telegrama que os pataxó estão sendo coagidos a aceitar sua transferência para Coroa Vermelha, abandonando seu território tradicional. Os antropólogos ligados à Universidade Federal da Bahia divulgaram nota também denunciando que esses índios estão sofrendo pressões. (ESP - 15/9/82)

CIMI ACUSA FUNAI NA JUSTIÇA

O presidente do Conselho Indigenista Missionário - Cimi -, d. José Gomes, decidiu ontem representar contra a Funai, junto ao Ministério Público, por causa da transferência de área dos índios pataxó ha-ha-hai, acusando que foi feita pelo órgão do governo sem ser precedida por decreto presidencial, como determina o artigo 20 da Lei nº 6.001 (Estatuto do Índio). Segundo essa argumentação, houve coação no caso. De acordo com o Cimi, os índios Higino Muniz, do conselho tribal, e Nelson Saracura, que se encontravam em Brasília, foram coagidos a assinar um documento concordando com a transferência. Isso ocorreu momentos antes de terminar o expediente de ontem na Funai e em seguida os dois pataxó foram embarcados para Governador Valadares (MG). Pelo documento assinado, os índios serão removidos de uma área de 36,5 mil hectares, demarcada em 1936, para outra de 120 hectares, a 25 quilômetros de Ilhéus, numa fazenda de propriedade do Centro Experimental de Pesquisa de Cacau. Para o vice-presidente do Cimi, d. Tomás Balduino, a atitude da Funai ao convencer os índios a se transferirem, é "terrorismo tutelar". (ESP - 17/9/82)

FUNAI NEGA TER COAGIDO OS PATAXÓ

Menos de 24 horas depois da presidência do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ter anunciado que representaria contra a Funai junto ao Ministério Público Federal, pela questão dos Pataxó Ha-Ha-Hai, o presidente do órgão tutor, convidou os dirigentes do Conselho para uma conversa. Durante a conversa, o coronel Leal desmentiu a notícia dada pela sua assessoria de imprensa, segundo a qual os Pataxó teriam assinado documento concordando com a transferência do grupo para uma área de 120 hectares, a 25 quilômetros de Ilhéus (BA). Além do desmentido, ele pediu um voto de confiança ao Cimi. Antes de receber os bispos, o coronel Leal concedeu uma longa entrevista justificando a transferência dos índios, dizendo que "a terra é do índio e não há o que discutir. Todos nós da Funai reconhecemos, e por isso entramos na Justiça pedindo a anulação dos títulos concedidos. A decisão de retirar os Pataxó foi tomada para evitar um mal maior. Os índios continuando na área estariam confinados em suas malocas, não podendo ir à cidade de Pau-Brasil e com declarado risco de vida". Ele não explicou por que a Funai não usa seu poder de polícia, previsto na Lei 6001 (Estatuto do Índio) para desarmar os fazendeiros que ameaçam os índios. O presidente negou ter sido pressionado pelo governador Antônio Carlos Magalhães para retirar os índios da área. (FSP - 18/9/82)

DEFINIDAS POSSES INDÍGENAS

O Diário Oficial da União publicou ontem portarias do presidente da Fundação Nacional do Índio, declarando como posse permanente dos seguintes grupos indígenas, várias áreas de diversos Estados: Grupo Indígena Guajajara e Guajá, áreas localizadas no município de Bom Jardim, no Maranhão; grupo Galibi, município de Oiapoque, Território do Amapá; grupo Suruí, no município de São João do Araguaia, Estado do Pará; grupo Assurini, no município de Itaituba, no Pará; grupo indígena Guajajara, nos municípios de Monça e Bom Jardim, no Maranhão; grupo Mundurucu, no município de Itaituba, no Pará; grupo indígena Pataxó, no município de Porto Seguro, na Bahia; e grupo indígena Canela, nas terras localizadas no município de Barra da Corda, no Maranhão. (FSP - 17/9/82)

MOVIMENTOS POPULARES

CENTREVILLE...

Depois de dois meses de invasão, vencidos os primeiros temores de uma expulsão violenta, sempre iminente, enfrentada por cerca de 2.300 pessoas que ocuparam as 315 casas abandonadas há cinco anos no conjunto residencial Centreville, em Santo André (SP), sua população começa a entrar em relativa rotina. Ontem, a empresa de abastecimento de água da cidade começou a instalar torneiras coletivas nas ruas, junto aos encanamentos preparados pelos moradores. Hoje, uma comissão de moradores dirige-se à Eletropaulo para reivindicar energia elétrica. E, segunda-feira, boa parte das 1.500 crianças em idade pré-escolar começa a ter suas primeiras aulas na Escola Centreville, que terá merenda escolar da Prefeitura. As notificações expedidas pelo Fórum de Santo André para que desocupem as casas estão paradas, apesar de o oficial de Justiça afirmar, categoricamente, que elas continuam a ser enviadas aos moradores. Apenas seis moradores foram notificados até agora para deixar o local. (FSP - 17/9/82)

...SE ORGANIZA

Enquanto isso, os invasores permanecem confiantes e começam a administrar, com bons resultados, o patrimônio que pretendem adquirir num futuro próximo. Maria da Penha, da "União das Mulheres", garante que todos vão ficar no local. "Não temos medo. Nós ficamos, custe o que custar", diz ela. Gil, da Comissão dos Moradores de Centreville, afirma que "vamos lutar com nossas mãos e cabeças para ter uma casa, comprada com dinheiro do nosso trabalho. Não vamos mais voltar para debaixo da ponte". A população continua empenhada em não abandonar o Centreville. Tanto que a bandeira vermelha e branca com o desenho de uma casa, representando o Centreville, e a bandeira brasileira, foram hasteadas no último dia 7, seguindo-se discursos dos moradores reafirmando a disposição de permanecerem no local. (FSP - 17/9/82)

IGREJA

LOCALIZADA GRÁFICA QUE FALSIFICOU JORNAL...

Seguindo indicação do advogado José Carlos Dias, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, policiais do Dops paulista e mineiro descobriram ontem, em Belo Horizonte, a gráfica onde foi impressa a edição falsa de O São Paulo que circulou a 22 de agosto. A gráfica "Perez e Bovolenta Serviços Gráficos Ltda" pertence a Nilson Bovolenta e Nilson Bovolenta Filho, que foram levados ao Dops mineiro, junto com um empregado, onde confirmaram que a impressão do jornal foi mesmo executada por eles, a partir de fotolito que lhes foi levado pronto. A principal pista dos policiais, agora, é o corretor gráfico que levou o fotolito. Esse corretor, segundo informações do clube, é Geraldo Yé, que trabalha para a gráfica "Tiradentes". Outra pista seria o cheque com que foi efetuado o pagamento do serviço e que teria sido depositado em uma caderneta de poupança pelo gráfico. O delegado Clyde Gaya da Costa, do Dops paulista, disse "não haver dúvidas" de que a edição falsa foi mesmo impressa na gráfica de Bovolenta (rua Dialogita, 114, bairro de Santa Efigênia) mas acrescentou que "eles parecem apenas ter prestado um serviço, contra pagamento". O delegado disse também "não ter pistas" de quem contratou o serviço e informou que as investigações continuarão, sendo feitas pelo Dops mineiro. Seu diretor interino Fernando Amaral, não prestou qualquer informação, afirmando que a liberação de qualquer dado poderia "prejudicar as investigações". Até ontem, o Ministério da Justiça havia recebido cerca de mil cartões postais, padronizados com um texto de "solidariedade à Igreja de São Paulo", pedindo ao ministro Ibrahim Abi-Ackel o empenho na apuração das responsabilidades pela falsificação de O São Paulo. (ESP - 15/9/82)

...MAS INVESTIGAÇÕES SÃO INTERROMPIDAS

Apenas 24 horas depois de ter sido identificado o local em que foi impressa a edição falsa de "O São Paulo", em Belo Horizonte - tudo levando a crer que desta vez a polícia chegaria aos responsáveis - as investigações voltaram ao ponto morto em que se encontram há quase um mês, quando o jornal foi distribuído em São Paulo e outros Estados. O Dops mineiro simplesmente interrompeu anteontem à noite as investigações sobre a impressão da versão pirata de "O São Paulo", depois que uma pista fornecida pelo advogado da Cúria Metropolitana de São Paulo, José Carlos Dias, levou a polícia à gráfica Perez e Bovolenta. Em São Paulo, o delegado Silvio Pereira Machado, diretor da Divisão de Ordem Política

do Deops, ~~que comandou a operação policial de terça-feira em Belo Horizonte~~, informou ontem que, após a descoberta da gráfica, as investigações seguintes ficaram por conta do Dops mineiro. Assim, no momento em que um longo trabalho conjunto de órgãos da Igreja e da imprensa permitiu a identificação do local em que foi impressa a edição falsa de "O São Paulo", algo que a polícia, desde o início, achava muito difícil, o jogo de empurra entre o Deops paulista e o Dops mineiro mostra, novamente, os limites de uma investigação deste tipo, em que os principais suspeitos são grupos de extrema direita. Para justificar a paralisação das investigações, o diretor do Dops de Minas Gerais recorreu a um mero argumento burocrático: a polícia mineira, disse o delegado Fernando Amaral, só prestará sua colaboração quando solicitada. Já o delegado Pereira Machado, de São Paulo, disse que só poderia prosseguir as investigações quando a polícia mineira lhe comunicasse fatos novos. (FSP - 16/9/82)

MORTE DO CARDEAL

O mais velho cardeal do mundo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, morreu às 2h10min da madrugada de ontem na Santa Casa de Aparecida (SP), aos 92 anos. Será sepultado amanhã, na Basílica Nacional (a nova) de Aparecida, construída por ele durante 26 anos. (JB - 19/9/82)

POLÍTICA NACIONAL

LEITÃO: O RESPONSÁVEL PELA LEI FALCÃO

O líder do governo no Senado, revelou ontem ao líder do PMDB, Humberto Lucena, que a manutenção da Lei Falcão teve como principal defensor, no âmbito do governo, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Leitão de Abreu, que, inclusive, se negou a conversar recentemente sobre a questão, asseverando não ser o momento para o seu tratamento. A manutenção dessa legislação configura um "retrocesso" capaz de causar prejuízos sérios ao processo eleitoral, já que o eleitor ficará sem condições para manifestar seu voto conscientemente. Sem informações sobre o candidato, o eleitor terá dificuldades para manifestar seu voto. Depois de condenar a posição do governo que "quer o cinema mudo na televisão e a lei do silêncio no rádio", Lucena responsabilizou Leitão de Abreu "por essa famigerada Lei Falcão que entrou no ar contra a democracia", e que rotulou de "instrumento de repressão bem ao gosto do regime autoritário". (ESP - 15/9/82)

SOBRE A COMPOSIÇÃO FUTURA DO CONGRESSO

Faltando menos de dois meses para as eleições de 15 de novembro, 264 candidatos que disputam as 479 cadeiras da futura composição da Câmara Federal já são considerados virtualmente eleitos, enquanto 105 outros têm grande chance, concluindo-se, por esses números, que a disputa mais acirrada se faz em torno de 20 por cento das vagas. Os "virtualmente eleitos" estão principalmente no PDS (152 deles), de modo especial entre as bancadas do Nordeste. Em São Paulo, as dificuldades de reeleição atingem a maioria dos atuais pedessistas - sobretudo os chamados "malufistas", que trocaram o antigo MDB pelo PDS - mas também preocupam muitos deputados da oposição. A futura Câmara terá de 270 a 290 nomes que não participam da atual legislatura. As previsões mais contidas indicam que a oposição fará 230 deputados (195 do PMDB, 14 do PTB, 11 do PDT e

10 do PT). Na visão mais receptiva aos cálculos dos opositores, sua representação na Câmara poderá alcançar até 270 deputados (224 para o PMDB, 18 para o PTB, 15 do PDT e 13 do PT). O meio-termo ficaria entre 245 e 255. Excluindo as previsões mais exageradamente otimistas, o PDS parece não ter possibilidade nenhuma de obter a maioria daquela casa do Congresso: ficaria com uma bancada entre 206 e 226 integrantes. Esses dados foram obtidos num levantamento realizado ao longo dos dois últimos meses. (FSP - 19/9/82)

OUTRAS

"O governo aumenta o preço da gasolina na surdina, na calada da noite, sem aviso prévio, como se estivesse apunhalando o povo pelas costas". Este é o comentário de um deputado opositor sobre o novo aumento dos combustíveis. Na seção mostramos também os argumentos de industriais japoneses para vender robôs ao Brasil, cuja realidade é consideravelmente diferente da do Japão.

"...APUNHALANDO PELAS COSTAS"

Já estão em vigor, desde a zero hora de hoje, os novos preços dos combustíveis, que aumentaram 10%, em média. A gasolina passou para Cr\$ 144, com aumento de 9,09%; o óleo diesel, a Cr\$ 84, com aumento de 12%; o álcool hidratado para Cr\$ 84, com aumento de 9,09%; o querosene iluminante para Cr\$ 85, com aumento de 11,8%, e o gás liquefeito de petróleo (o GLP, gás de cozinha) a Cr\$ 80 o quilo (Cr\$ 780 o botijão de 13 quilos entregue a domicílio), com aumento de 11,10%. O aumento, divulgado ontem à noite pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP) foi decidido ao final da tarde pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. No aumento ontem divulgado, o CNP só reajustou os preços de cinco combustíveis, devendo os demais serem reajustados em breve. (FSP - 16/9/82)

ROBÔS: UM BENEFÍCIO APENAS PARA EMPRESAS

Um robô de primeira geração utilizado numa indústria de doces - ele aplica confeito sobre bolos - custa, no Japão, aproximadamente 15 milhões de ienes (Cr\$ 11,55 milhões). O mesmo serviço, se for realizado manualmente, custará à empresa cerca de 18 milhões de ienes, (Cr\$ 13,8 milhões) num ano, já que serão necessários três empregados, com um salário médio anual de 6 milhões de ienes cada. Este foi um dos argumentos utilizados por uma missão comercial japonesa que esteve na tarde de ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com o objetivo de divulgar a aplicação de robôs. Os empresários japoneses, que pertencem à Japan Industrial Robot Association, declararam que a substituição do trabalho humano pelo robô permitiu o crescimento da produtividade, a diminuição do número de defeitos na produção industrial e a redução dos custos. Para eles, a aquisição de uma máquina com esse objetivo permite uma grande economia às empresas, que se torna ainda mais vantajosa se alugada através de uma operação de "leasing", uma vez que seu custo se reduz para 170 mil ienes por mês - valor significativamente inferior ao custo da mão de obra. Yosuiro Komori, dirigente da entidade de classe japonesa, afirmou que a aplicação de robôs na escala industrial de seu país foi bem recebida pelos trabalhadores. A economia japonesa exige que se mantenha um crescimento anual da ordem de 6%. O aumento

populacional, ~~no entanto, se mantém numa taxa de 1,1%~~ e o crescimento da escolaridade japonesa faz com que a oferta de mão-de-obra para a produção se limite a 0,7% ao ano. O empresário japonês esclareceu que existe uma demanda não atendida por 840 mil trabalhadores a cada ano, o que só pode ser suplementado através do uso de robôs. (ESP - 15/9/82)

INTERNACIONAIS

Após a pequena interrupção por razões que fugiram ao nosso controle, retomamos a seção "Internacional". Chamamos a atenção, neste número, para o movimento de libertação em enfrentamento aberto com governos militares na América Central; o Uruguai e o poder da Central Operária Boliviana também são notícias desta seção. Reiteramos aos leitores que qualquer sugestão proposta será bem recebida.

LÍDER GUERRILHEIRO SALVADORENHO É PRESO EM HONDURAS

Alejandro Montenegro, comandante guerrilheiro salvadoreño, foi preso a 22 de agosto em Tegucigalpa pelas forças da segurança de Honduras, anunciou a rádio clandestina Venceremos, dos rebeldes. Montenegro é o comandante do Exército Revolucionário do Povo, um dos cinco grupos revoltosos integrados à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, que luta contra o governo de El Salvador. Era considerado o comandante guerrilheiro de maior influência na região central do país, onde está a região do vulcão Guazapa, um dos mais firmes redutos guerrilheiros, onde ocorrem frequentes choques entre o Exército e os rebeldes. (FSP - 17/9/82)

GUERRILHA ATACA EM HONDURAS

Um grupo de aproximadamente 30 guerrilheiros, mascarados e armados com metralhadoras, invadiu o prédio onde estava sendo realizada uma convenção empresarial em San Pedro Sula, a 145 quilômetros ao norte de Tegucigalpa, e mantém, como reféns desde a madrugada de ontem, os ministros da Economia, do Tesouro, o presidente do Banco Central e mais de cem empresários. O líder dos guerrilheiros, conhecido como "Comandante Um", exigiu a libertação de 70 presos políticos hondurenos, salvadoreños, guatemaltecos, venezuelanos, mexicanos e chilenos. O "Comandante Um" afirmou que "se os presos não forem libertados, todos os reféns serão mortos". A polícia cercou o prédio poucos minutos após o assalto e começou a atirar nas janelas. O nervosismo entre os guerrilheiros e reféns aumentou e um empresário de origem árabe acabou ferido por um tiro. O "Comandante Um" falou por telefone à agência UPI e disse que "o governo é responsável por qualquer morte que venha a ocorrer". (ESP - 19/9/82)

AS EXIGÊNCIAS DOS GUERRILHEIROS EM HONDURAS

O comando exige a libertação de 70 presos políticos, entre os quais o líder guerrilheiro salvadoreño Arquimides Antonio Canada - o Comandante Montenegro, preso dia 22 de agosto em um restaurante de Tegucigalpa. Os guerrilheiros pedem ainda a expulsão do país dos ex-guardas nicaraguenses (que têm sido acusados de atacar Manágua) e de conselheiros militares americanos, israelenses, chilenos e argentinos, além do fim da repressão a organizações operárias e camponesas hondurenhas. Entre os 70 presos políticos que pretendem libertar, há 37 salvadoreños, um gua

témalteco, um equatoriano e um venezuelano. Segundo a agência AFP, os esquerdistas também exigem "o fim da intervenção do Exército hondurenho contra o povo de El Salvador". (JB - 19/9/82)

GUATEMALA: MILITARES EXTERMINAM ÍNDIOS

A índia guatemalteca Rigoberta Menchu Tum, líder de uma organização que reúne os diferentes grupos indígenas da Guatemala (70% da população, segundo afirma), chegou ontem às Nações Unidas para denunciar "a terrível situação em que vive hoje a população indígena do país, onde está ocorrendo o extermínio dos camponeses índios", por parte de grupos militares e paramilitares. Segundo Rigoberta - que falará perante a comissão dos direitos humanos da ONU -, "os sofrimentos dos indígenas são indescritíveis. Grupos de soldados, vestidos de camponeses, chegam às casas dos índios, amarram todos eles e os queimam vivos, destroem e roubam suas colheitas... o regime do presidente Efraim Rios Montt é sanguinário". (ESP - 17/9/82)

GOVERNO DA GUATEMALA EXECUTA GUERRILHEIROS

Quatro guerrilheiros do Exército Revolucionário dos Pobres (ERP), o mais ativo grupo rebelde da Guatemala, foram fuzilados ontem no cemitério geral da capital guatemalteca. O local amanheceu cercado de tropas e veículos blindados, e nem mesmo os parentes dos quatro rebeldes puderam vê-los; apenas a imprensa teve autorização para assistir à execução, sem poder, no entanto, filmar ou tirar fotos. Os quatro faziam parte de um grupo de 40 pessoas presas em agosto, e sua execução foi a primeira evidência de que já está funcionando um tribunal especial criado pelo governo para julgamentos rápidos de casos de subversão. Oficialmente, informou-se que das outras 36 pessoas, 22 foram absolvidas, oito estão sendo investigadas e seis "aguardam sentença". (ESP - 18/9/82)

GREVE OPEÁRIA ABALA PODER MILITAR NA BOLÍVIA

A greve geral por tempo indeterminado, decretada há dois dias pela Central Operária Boliviana (COB) para forçar os militares a entregar o Poder aos civis, foi suspensa provisoriamente ontem devido ao anúncio das Forças Armadas, de que convocará o Congresso eleito em 1980, para que dê posse a um Governo constitucional. A Central Operária Departamental de Santa Cruz queria que ficasse garantida, com antecedência, a posse do vencedor das eleições de 1980 na Presidência, o líder da coalizão de centro-esquerda Hernan Siles Zuazo. Em Lima, onde se encontra exilado, Siles Zuazo evitou a imprensa, mas um de seus assessores disse que ele ainda não sabe quando regressará à Bolívia, pois aguarda que a situação política se esclareça. (JB - 19/9/82)

OS PRESOS URUGUAIOS

Embora o governo uruguaio negue a existência de presos políticos naquele país, o serviço Paz e Justiça, ligado à Igreja Católica, arrolou 1.800 nomes, entre eles 300 mulheres, que atualmente são "hóspedes" - pagam suas despesas no cárcere - em presídios, devido a atividades políticas e sindicais. Nove permanecem como "reféns" em quartéis, detidos desde o golpe de 1973 e sendo processados, e 15 estão desaparecidos. O relato foi apresentado ontem, em Porto Alegre, pela comissão de 17 dirigentes sindicais brasileiros que viajou ao Uruguai para averiguar a situação dos detentos e dos trabalhadores no vizinho país. Nenhuma autoridade uruguaia recebeu a comissão. (FSP - 20/9/82)

CARTA DO LEITOR

Nossa redação não recebeu nenhuma Carta do Leitor esta semana. A seção, no entanto, continua em aberto para recebimento de opiniões, sugestões, informações, etc., vindos diretamente de nossos leitores. Nos permitimos sugerir, caros leitores amigos, que nos enviem, aproveitando o momento político do país, notícias de suas áreas sobre as eleições de novembro próximo. Sem dúvida a prática dos leitores constituem experiências valiosas e que merecem ser veiculadas entre pessoas engajadas na mesma luta. Esta é uma sugestão, apenas, o que significa dizer que as informações ligadas a nós, independente dos temas, serão publicadas. Escrevam-nos.

ÚLTIMA PÁGINA

NOTA SOBRE AUTORITARISMO: ELEIÇÕES

A ameaça pouco velada feita mais uma vez, em Osasco (SP), pelo presidente João Batista Figueiredo, de marginalizar governos estaduais conquistados por opositoristas, é apenas mais uma das contradições, e entre as mais graves, que pontilham sua atuação política desde a abertura da campanha eleitoral. Em improviso, ao fim de seu discurso, afirmou que "a conexão do Estado com o governo federal não será interrompida" se for eleito o candidato do PDS, Reinaldo de Barros. Levando-se em conta sua insuficiente educação democrática, porquanto ingressou na vida pública pela estreita porta do autoritarismo, podia-se até supor que se tratava de um lapso de linguagem ou de um momento de inspiração infeliz. Nada disso, entretanto. A mesma arma de intimidação aos eleitores foi brandida antes em pronunciamentos no Rio de Janeiro, para sustentar a candidatura do Sr. Wellington Moreira Franco, a do Sr. Jair Soares no Rio Grande do Sul, a do Sr. Eliseu Resende em Minas Gerais, a do Sr. Espiridião Amin em Santa Catarina e a do Sr. Saul Raiz no Paraná. Essa ideia de que é preciso fazer tudo para ganhar choca-se com recente declaração em João Pessoa de aparente aceitação da derrota ou de uma vitória apertada, para empregar suas próprias palavras, de preferência a um retorno ao passado, com o risco do caos. Choca-se igualmente com a orgulhosa afirmativa, feita não há muito tempo, ainda que em tom autocrático, de haver dado a todos, inclusive a seus adversários ("eu dei a todos eles", disse), o direito de eleger e ser eleitos. Mas que direito é esse se sua utilização pode implicar punições para toda a população de um Estado, caso o governador escolhido não haja saído das fileiras do PDS, isto é, não seja um correligionário político do presidente da República? Sim, porque a tanto equivale interromper as relações normais e necessárias entre o Palácio do Planalto e o dos Bandeirantes. Já há alguns meses, em Curitiba, ao ensaiar seus primeiros passos na arena eleitoral, o presidente Figueiredo prometeu conter a fúria legiferante do

grupo palaciano, ao asseverar que dali por diante as iniciativas relacionadas com o pleito de 15 de novembro deveriam provir do Congresso Nacional e ter uma finalidade democratizadora. A verdade, no entanto, é que dos laboratórios do Planalto continuaram a surgir projetos de natureza casuística. Tais são, em linhas gerais, as contradições na conduta do presidente Figueiredo, tanto mais sensíveis porquanto a Nação se acostumou a ver nele, por toda uma série de atos e pronunciamentos, o fiador do processo de democratização. De todo modo, após essas vicissitudes, era de esperar que ao menos a liberdade de escolha dos cidadãos não sofresse outras restrições além da vinculação do voto. Que o eleito rado estivesse a salvo de mesquinhas represálias. Mas se o próprio presidente da República se comporta desse jeito, que não farão por aí outros representantes do situacionismo - o governador atrabiliário de algum Estado, o prefeito truculento de algum município ou até o cabo do destacamento de polícia, ao farejar no ar um cheiro de derrota? Se o Presidente queria dar apenas um mau exemplo, não o conseguiu, pois foi além da medida. Deu um exemplo péssimo.

INPC E AJUSTES SALARIAIS

O INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - do mês de maio atingiu a 6,38%, fazendo com que os reajustes salariais de julho sejam de 41,3%, segundo dados divulgados ontem pela Fundação IBGE. Este índice semestral corresponde ao período de dezembro de 1981 a maio de 1982. O INPC acumulado dos últimos 12 meses atinge a 93,4%. (ESP - 5/6/82)

1º ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Os 200 índios que participaram do 1º Encontro Nacional dos Povos Indígenas aprovaram ontem, uma carta pedindo o afastamento de nove assessores diretos do presidente da Funai, denunciando que estas pessoas "constituem em um grupo antiíndio, capaz de criar situações tão embaraçosas para o atual presidente que poderão motivar o seu afastamento da Funai. A carta, que será entregue ao ministro do Interior, faz elogios ao trabalho do coronel Leal e critica a administração do presidente anterior da Funai, coronel Nobre da Veiga. "Apesar de Nobre da Veiga ter ido embora - afirmam os índios - ficaram ainda seus restos, pessoas que não são de confiança dos indígenas". Os índios decidiram, também, durante o encontro, criar representações regionais de líderes indígenas, substituindo a entidade que existia até agora, a Unid - União das Nações Indígenas. Estas representações funcionarão, durante um ano, e só depois será re-discutida a idéia de uma Associação Nacional de Índios. Para porta-vozes dessas representações regionais junto à Funai foram eleitos os índios Marcos Terena, Álvaro Tucano e Lino Miraha. As diversas entidades de apoio ao índio, de vários Estados e comissões pró-índio, desmentiram a acusação de que seus representantes teriam forçado sua participação nas comissões de estudo. Estas pessoas, entre elas a antropóloga Lux Vidal da USP, disseram que foram convidadas pelos índios para o encontro, mas de forma alguma interferiram nas discussões conduzidas pelos índios nos três dias do encontro. Ontem à noite o encontro foi encerrado no auditório do Senado Federal após a apresentação das conclusões dos grupos de trabalho. Marcos Terena foi escolhido para falar em nome dos índios, e pediu maior autonomia para todos os povos, lembrando não somente a situação dos índios do Brasil, mas também as guerras do Líbano e das Ilhas Malvinas. As reivindicações apresentadas pelos índios ao final do encontro estiveram voltadas principalmente para a questão da invasão e demarcação de suas terras. Praticamente todas as tribos do Nordeste, entre elas os pataxós, quiriri, pancararés, tuxás e os uassus, abordaram o problema. Os capinauás, de Pernambuco, disseram que estão sofrendo pressões de grileiros, chefiados por Zuza Tavares. Segundo os índios, a tribo já sofreu três tiroteios, sendo que existem, atualmente, três índios presos sem nenhum respaldo jurídico para tais prisões. Os grupos indígenas do Centro-Oeste aprovaram a criação de um conselho das comunidades indígenas do Centro-Oeste, com a finalidade de assegurar a participação das lideranças indígenas no cumprimento da política indigenista. As comunidades indígenas da Região Leste abrangendo São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram diversos casos de invasões de suas reservas. Os crenac pediram a devolução de uma área no município de Resplendor, Minas Gerais, ocupada por fazendeiros. Os índios disseram que sua reserva foi reduzida de novecentos para treze hectares. Os índios do Norte, chamaram atenção para atitudes arbitrárias de funcionários da Funai em suas reservas, e lembraram que "os caciques devem mandar nas suas comunidades e não os chefes de postos ou missionários". Os grupos do Norte criticaram, ainda, a ausência completa ou a atuação fraca da Funai no campo da educação. (ESP - 10/6/82)